

Saúde do Trabalhador e a Reforma Trabalhista

EDITORIAL*

O mês de maio tem um significado muito especial para a classe trabalhadora. Naquele maio de 1886, em Chicago, trabalhadores e militantes lutaram bravamente pela jornada de 8 horas de trabalho. Se eles não tivessem sido fuzilados nem enforcados e se tivessem se submetido ao que desejavam os patrões, hoje, passados 131 anos, provavelmente estaríamos trabalhando 12, 14, 16 ou até mais horas por dia, como era no início da Revolução Industrial. Mas, agora, em tempos de retrocesso, os patrões, como se fossem zumbis ressuscitados, estão conseguindo se vingar da ousadia dos trabalhadores daquela época que conseguiram aquela vitória. Vitória? Não há vitória enquanto o direito ao trabalho digno for tratado com escárnio pelo poder econômico. Se a lei, num Estado democrático de direito, é a mínima garantia para diminuir a exploração e a desigualdade e os governantes, subjogados pelo poder econômico, decidem que a lei deve ser subalterna à negociação entre partes desiguais, então não estamos num Estado nem democrático nem de direito. Há um certo deboche em fazer uma lei para dizer que outra lei vale menos do que acordos que nunca deram certo e que, por não terem dado certo, são a razão de existir dessa mesma lei, agora ameaçada. E é uma zombaria justificar a Reforma Trabalhista pelo exercício futurista de que ela vai resolver o problema do desemprego, da segurança jurídica e de outras ilações que não têm qualquer sustentação objetiva. E depois? Ah, depois! Quando não funcionar cai no esquecimento como tudo o que se faz em nome da manutenção da miséria humana. Reformas são mais do que necessárias, mas não para diminuir direitos ou relativizá-los e, sim, para aprimorá-los, ampliá-los, aprofundá-los, enriquecê-los, fazer de modo com que o ser humano possa ser mais do que um número na planilha da concentração de renda, da acumulação global, da corrupção sistêmica. Que lei é essa, feita para fazer valer acordos e negociações que valham mais do que a lei que já existe e existe para impedir (ou tentar impedir) os abusos da riqueza contra a fome, do lucro contra a penúria, do açoite contra a pele? Tudo o que se discute em matéria de relações de trabalho tem a ver, direta ou indiretamente, com a saúde. Portanto, qualquer iniciativa que diminua ou

Nesta edição

Editorial – Saúde do trabalhador e a Reforma Trabalhista	1
Entrevista – Fatima Sueli Neto Ribeiro	2-5
Artigo do mês – Hugo Pinto de Almeida	6-7
Perfil Sindical – Eduardo Monteiro dos Santos	8
Trabalhadores Anônimos – Xavier, o Rei do Mar	9
Informes	10

relativize o direito trabalhista estará ameaçando a saúde. Resta saber o grau dessa ameaça. Que lei é essa que tentam impingir pelo toma lá dá cá parlamentar? Se não bastasse a negociação da corda (o capital) com o pescoço (o trabalho/os trabalhadores), agora temos o ‘goela abaixo’. Trabalhadores desesperados sem perspectiva não são problema deles. Deles quem? Os de sempre, já sabemos. Sórdidos rentistas, pilhadores do Estado, parlamentares saídos das catacumbas das capitânias hereditárias, sonegadores contumazes, corruptores habituais, corrompidos de ocasião e de fé, coronéis empistolados, apaniguados e locupletados do poder político e econômico. A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] já foi alterada inúmeras vezes. Reformas são bem-vindas, mas para aprimorar direitos e, não, retirá-los. Que venham as reformas para o bem dos trabalhadores e, não, para o seu mal. A maior contradição dessa Reforma Trabalhista em curso é a seguinte: se o acordado (negociado) vai prevalecer sobre o legislado, porque os trabalhadores não foram amplamente convocados para negociar essa lei que vai considerar a negociação o máximo (a grande solução), maior que a lei que já existe? A questão é simples: pretende-se o acordo das necessidades sobre o legislado. Necessidades, finalmente, entrarão em acordo: a necessidade da acumulação sem freios do capital com a necessidade acelerada da sobrevivência dos trabalhadores. Em matéria de saúde do trabalhador, sabemos que, pouco a pouco, as garantias serão suprimidas, a exemplo das mulheres grávidas e lactantes que poderão trabalhar em ambientes insalubres, ampliação de jornada, férias espartilhadas ao gosto dos patrões... Se num Estado de direito faz-se uma lei que valorize o acordo entre os interessados, então vamos exercitar esse diálogo. Só não esqueçam de chamar os interessados do depois. Nós estamos antes e durante. ■■■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador



Quebrando Paradigmas

A área de saúde do trabalhador do SUS que eu acredito e participo tem como marca a quebra de paradigmas, a audácia de colocar a teoria em prática e muita criatividade com coerência ideológica. Mas isso não significa que esta é a realidade atual em todo o país. Minha trajetória na área é a comprovação destas características. A quebra de paradigmas começa na abordagem de determinação social do adoecimento do trabalhador e continua na inter/transdisciplinaridade. Em 1986, o concurso para a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) me levou a compor a equipe das Doenças Crônicas Degenerativas. Embora contasse com colegas fabulosos e profissionais super-engajados, durante as reuniões de equipe com a Superintendência de Saúde Coletiva um outro grupo se destacava pelo questionamento das incoerências administrativas, propostas arrojadas e a participação em bloco. Logo percebi uma identidade com a prática deste grupo, mas um certo preconceito com o objeto. Afinal, minha formação na pós-graduação em Saúde Pública e em Epidemiologia me preparou para interferir no Diabetes, Hipertensão, Câncer, Anemia, Aids, Dengue ou em ciclos de vida como Criança, Gestante, Idoso. Mas “trabalhador” não se enquadrava em nenhuma destas lógicas e me parecia mais político-ideológico do que objeto da saúde. Este deve ser o preconceito de muita gente. Mas, me permiti ouvir e ler um pouco mais sobre o tema. Fui convidada a participar, como epidemiologista, de um esforço concentrado na Superintendência para a investigação de casos de intoxicação aguda que ocorreram no

Fatima Sueli

Neto Ribeiro

Obstinada, criativa e defensora incansável da saúde do trabalhador, Fatima Sueli reúne características que a credenciam, hoje, no Brasil, como uma das principais vozes na prevenção do câncer relacionado ao trabalho. Professora, pensadora e militante, Fatima Sueli com o olhar da vigilância em saúde, enxerga a teoria com o objetivo de instigar para uma prática transformadora do mundo do trabalho. Seu depoimento contribui para uma compreensão histórica da saúde do trabalhador, especialmente a partir de sua inserção no SUS.

Talvez a imagem do Dom Quixote faça jus ao grupo [do Programa de Saúde do Trabalhador], talvez associada à rebeldia do James Dean, mas também com a doçura poética do Chaplin e um pouco de anarquia criativa do Woodstock.

interior do Estado. Nesta experiência, tive contato com a equipe de saúde do trabalhador, coordenada por Jorge Machado e pude descobrir outra epidemiologia e perceber a possibilidade de colocar meus autores prediletos (Jaime Breilh, Asa Cristina Laurell, Oscar Betancourt e outros) em prática. Depois dessa experiência me agreguei ao Programa de Saúde do Trabalhador (PST). Por uma coincidência astrológica eu me preparava para o mestrado na ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública] e encontrei Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (do PST) e Luis Sergio Brandão de Oliveira (do Ministério do Trabalho), que também pretendiam prestar a seleção. Constituímos um grupo para estudar em conjunto, ao mesmo tempo em que a própria equipe do PST me formava em cursos regulares como os de Acidente de Trabalho e as dinâmicas de reuniões semanais para o planejamento das atividades que se constituíam em verdadeiras aulas e desafios. Naturalmente, isso se devia à composição do grupo, com as mais diferentes formações, um mosaico de personalidades, mas um compromisso em comum: interferir no quadro de adoecimento e morte dos trabalhadores através de todos os recursos que o recém Sistema Único de Saúde (SUS) propiciava.

Fátima Sueli Neto Ribeiro

Todos da equipe possuíam algum tipo de prática, engajamento social ou partidário, mas eu me sentia bastante acolhida embora profundamente inexperiente. Mais do que organizar e viabilizar ações burocráticas o grupo criava estratégias inovadoras e necessariamente conectadas com a determinação do problema a ser enfrentado. Não havia espaço para acomodação nem possibilidade de negativa para uma proposta construída. Talvez a imagem do Dom Quixote faça jus ao grupo, talvez associada à rebeldia do James Dean, mas também com a doçura poética do Chaplin e um pouco de anarquia criativa do Woodstock. Embora muito jovem para a maturidade do grupo, a definição clara de que o caminho correto não era o das tradicionais medidas assistenciais e que um novo sistema de saúde estava por construir, e era possível participar dele, parecia muito alvissareiro a uma jovem idealista.

O Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador

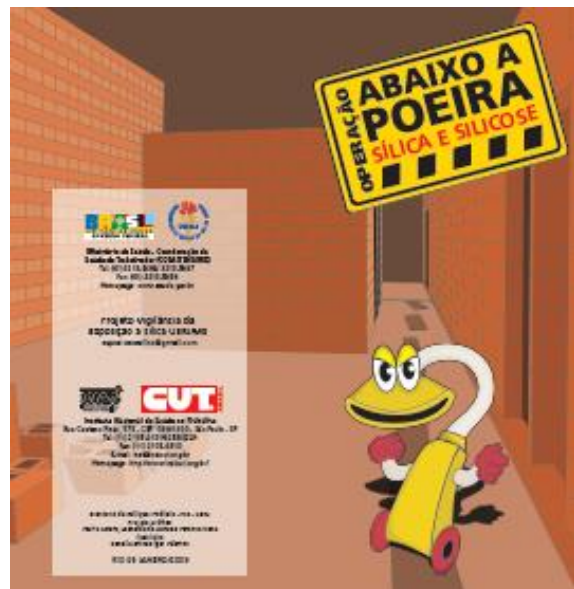
Entre 1992 e 2004 convivi com a construção real de um Modelo de Saúde do Trabalhador, que organizou o primeiro Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador (Consest 1991-2005) onde sindicatos de trabalhadores e diversas instituições organizavam ações de fiscalização, seminários, Termos de Compromissos e outros. Embora o Consest se localizasse no SUS, todos o consideravam como o "nosso Consest" e, não, propriamente, participando de uma estrutura da saúde. Este modelo que ultrapassava a "participação" e conquistava corações com o uso do termo "nosso", na prática é a ideia que devia ser inserida na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador dos dias de hoje. Presenciei a primeira lei brasileira que proibiu um processo produtivo por questões de saúde do trabalhador, a Lei 1990 que proibiu o jateamento de areia no Rio de Janeiro em 1992, entre muitas ações de vigilância no ambiente de trabalho coordenada pelo PST/SUS me dediquei ao processo de municipalização, onde a relação de parceria estabelecida com os municípios propiciava a "guarda" de documentos para que no processo de eleição a memória local de saúde do trabalhador no município não se perdesse. Também emerge deste grupo a experiência para a construção da Portaria 3120/98, quando Luiz Carlos Fadel participou da Coordenação Nacional de Saúde do Trabalhador no Ministério da Saúde. Outros paradigmas quebrados ao longo da minha história na SES/RJ do Rio de Janeiro: a coordenação de um Programa Estadual exercido por uma nutricionista; a indicação das centrais sindicais

para coordenar o Programa Estadual e aceito pelo gestor estadual; a retirada controlada de amianto anfibólio da sala de um cinema a um custo que construiria outro cinema; e, naturalmente, a quebra da distância entre o movimento sindical e os técnicos, assumindo em trabalhos científicos os sindicalistas como coautores.

O tema "câncer" decorreu da observação epidemiológica da sua importância para a mortalidade na população e o absoluto silêncio do risco ocupacional para o mesmo.

A imersão no câncer

Entre o mestrado na ENSP/Fiocruz e o doutorado na USP [Universidade de São Paulo] dez anos se passaram. Neste período, o rico processo de construção das atividades na SES/RJ foi fundamental para definir um tema a ser aprofundado. Cursar um doutorado em São Paulo e ainda trabalhando na coordenação estadual só foi possível com o imenso apoio da equipe do PST. A essa altura muito diferente da equipe original. Com outros interesses, mas ainda com certo brilho nos olhos ao enfrentar os desafios. O tema "câncer" decorreu da observação epidemiológica da sua importância para a mortalidade na população e o absoluto silêncio do risco ocupacional para o mesmo. A tese de doutorado foi o desenvolvimento de uma metodologia para mapear a exposição a um cancerígeno - a sílica -, em todo o país. A metodologia, ainda hoje pouco usada no Brasil, é a Matriz de Exposição Ocupacional. Premiada pelo Ministério da Saúde, a tese embasou tecnicamente a proibição do jateamento de areia seco e úmido nacionalmente, com sua inclusão nas Normas Regulamentadoras da CLT.



Fátima Sueli Neto Ribeiro

O tema da exposição ao câncer é tão importante que a OPAS [Organização Pan-Americana da Saúde] organiza, desde 2015, um grupo internacional para identificar a dimensão dos trabalhadores expostos a cancerígenos na América Latina e América Central. Faço parte deste grupo (pelo Brasil) e também do Programa Internacional de Eliminação da Silicose com a OMS/OIT [Organização Mundial da Saúde/Organização Internacional do Trabalho]. Feito o mapeamento nacional da exposição à sílica, com um grupo da UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], produzimos o documento Mapa da Exposição à Sílica no Brasil, em 2010, ocasião em que recuperamos a imagem da campanha de combate à sílica da CUT [Central Única dos Trabalhadores] da década de 1980. Produzimos um folder recuperando a dimensão do risco para a silicose e para o câncer e identificamos, em cada estado, através da Matriz de Exposição, o número de trabalhadores expostos à sílica, o setor econômico mais importante para aquele estado e o número de casos prováveis decorrentes dessa exposição. Essa experiência também foi repetida com algumas adaptações em outros países como Chile, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru e Venezuela. Os resultados demonstraram o que já supúnhamos: que os riscos da exposição entre nós são muito maiores do que os da Europa e dos EUA.



Além desses, um modelo de anamnese ocupacional e os passos para constituir o nexo epidemiológico para fins de notificação no SINAN [Sistema de Informação de Agravos de Notificação] estão consagrados como método para investigar e reconhecer o trabalho como fator de risco para o câncer. Na UERJ coordeno o Grupo de Ensino e Pesquisa em Epidemiologia do Câncer. Com o Grupo foi ministrado curso de vigilância do câncer relacionado ao trabalho em 8 estados e o resultado é medido pelo impacto no aumento das notificações de câncer no SINAN [Sistema de Informação de Agravos de Notificação]. Foram realizadas, também, investigações em ambientes de trabalho com o Ministério Público Estadual/RJ.

O modelo CEREST

[Centro de Referência em Saúde do Trabalhador]

Após o doutorado ficou muito difícil trabalhar com tantos temas na coordenação estadual e culminou com a implantação arbitrária do modelo CEREST no Brasil. O Rio de Janeiro contava com um Programa de Saúde do Trabalhador no segundo escalão do nível central. Além disso, construía uma estrutura de assistência à Saúde do Trabalhador baseada nas clínicas de especialidades das Universidades e dos hospitais do Estado. Um bom exemplo eram os serviços de Pneumologia das Universidades para atender os casos de pneumoconioses, o Hospital de Traumatologia e o ambulatório da UERJ para atender os casos de LER/DORT [Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho]. O Rio de Janeiro e outros estados que estavam se organizando por uma lógica diferente do modelo CEREST foram ignorados pelo modelo que nunca foi debatido com a rede. Essa forma de organizar a saúde do trabalhador, atrelado a um recurso dependente do gestor, secretário de saúde, no Rio de Janeiro seria inviável, dado o modelo e o (des)interesse pela saúde do trabalhador. A dimensão do problema só era percebida por quem convivia com essa instância de gestão. Por discordar desse modelo, aceitei o convite para ajudar a construir o setor de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho no INCA [Instituto Nacional de Câncer], onde fiquei por 5 anos. Os produtos mais importantes são os manuais de Vigilância do Câncer e a Diretriz Nacional para a Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho, concluída em 2011, onde diversos tipos de câncer e de exposição são assumidos pelo Ministério da Saúde como tendo relação com a ocupação.

O Brasil não proibiu o amianto, ainda convive com o agrotóxico de forma imoral, promove grandes eventos com a qualidade que não se reflete na segurança e na saúde do trabalhador. Passou a promover encontros nacionais que (de)batem, confraternizam e não saem de suas obviedades. Nunca tivemos tantos cursos de pós-graduação, de atualização e nunca fizemos tão pouco.

Fátima Sueli Neto Ribeiro

No processo, o Grupo estabelece cooperação com as Universidades da Colômbia, Uruguai, Costa Rica e Venezuela e no Brasil com alguns Cerest, o DIHS/Fiocruz, a UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] e o Fórum Intersindical/RJ. A importância do modelo brasileiro de saúde do trabalhador ficou clara quando coordenei o GT [Grupo De Trabalho] de Saúde e Trabalho da Alames [Associação Latinoamericana de Medicina Social]. Com muito orgulho, fui a primeira mulher a assumir essa coordenação. A saúde do trabalhador, hoje, mostra um cenário muito desolador. Acredito que o modelo Cerest com a implantação de um serviço levando recursos para o município, sem nenhuma estratégia de acompanhamento, sem metas e sem controle social acabou por transformar a área no SUS num centro de especialidades. Para a história da saúde do trabalhador isso é um retrocesso sem precedentes. Vivemos o paradoxo de poder contar com uma Política, uma estrutura de rede desde 2002, aproximadamente 62 milhões de reais investidos no período (15 anos) e o avanço se mede (apenas) pelo número de centros instalados, sem impacto real nos determinantes dos agravos relacionados ao trabalho. O Brasil não proibiu o amianto, ainda convive com o agrotóxico de forma imoral, promove grandes eventos com a qualidade que não se reflete na segurança e na saúde do trabalhador. Passou a promover encontros nacionais que (de)batem, confraternizam e não saem de suas obviedades. Nunca tivemos tantos cursos de pós-graduação, de atualização e nunca fizemos tão pouco. Discute-se que é a falta de politização, julgo que talvez falte um pouco de compromisso com o resultado do próprio trabalho e o nome disto é ideologia. Um fator sempre mencionado é a falta de interesse dos sindicatos em participar. E eu pergunto: participar de reuniões? De capacitações? De avaliação de sinais e sintomas no melhor modelo campanhista? Afinal, o que querem os trabalhadores do SUS? Penso que isso avança para um SUS assistencialista e com um cardápio de indicadores que favorece a terceirização via modelo de organizações sociais. Naturalmente, trabalhadores precisam de assistência médica e de laudos e pareceres de saúde para enfrentar o dia a dia massacrante do trabalho. Mas, sem vigilância como pensar em mudar o mundo do trabalho se, por exemplo, nem com os agentes comunitários da atenção básica do SUS enfrentamos esse debate? Para eles distribui-se protetor solar que, sabidamente, não protege do câncer de pele.

Se o movimento sindical não atende aos convites repletos de lanches e cartazes bonitos deve ser porque já perceberam que por trás dessas ofertas não há uma luta justa a ser vivida, mas apenas a justificativa para o uso de recursos públicos que atendem às metas administrativas. Julgo que está no momento de re-criar práticas de todos os níveis, de uma vigilância que atenda a modelos radicalizados na democracia, ou seja uma vigilância antecipatória e social, em ações com a coragem de enfrentar os novos modelos de trabalho pós-fordistas, numa relação horizontal real com o saber operário e, fundamentalmente, com metas fora do modelo biomédico. Metas que demandem compromisso e criatividade. Um instrumento para o registro nacional das ações de vigilância dos processos de trabalho vem sendo construído com Tarcísio Pinheiro desde 2010, mas (ainda) não se configurou como prioridade. Enquanto as estratégias do campo das ciências sociais não se tornarem instrumentos de todas as vigilâncias, estas dificilmente vão superar o *check list*. Enquanto não for possível ler as atas de CIPA com a metodologia da análise do discurso, investigar "relatórios de anormalidades" ao invés de se limitar ao PPRA, ouvir o ruído das conversas na hora do almoço, ao invés dos DDS (diálogos diários de segurança), analisar permissões de trabalho ao invés de mapas de risco, todas essas propostas já realizadas pelo Programa Estadual desde 2000, a Saúde do Trabalhador não será reconhecida como sendo diferente da Saúde Ocupacional. Mas acredito que já contamos com muitos corações dispostos a ousar e a mudar, talvez só falte o encontro. ■ ■ ■



“Nada é por acaso”: exploração, greves, lutas operárias e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

artigo do mês

Hugo Pinto de Almeida*

A construção civil é um dos processos laborais com maiores índices de acidentes no mundo. De acordo, com a OIT, a cada ano ocorrem pelo menos 60.000 acidentes fatais na construção civil em todo o mundo, com um óbito a cada 10 minutos e, no Brasil, tem sido um dos ramos de atividade econômica de maior risco de acidentes fatais e não fatais. Além do elevado número de acidentes de trabalho outras características marcam, ao longo do tempo, o trabalho na construção civil como: elevada subnotificação dos acidentes de trabalho; baixa remuneração; elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais); alto grau de informalidade; uso de terceirização das relações de trabalho; intensificação do trabalho pelo domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade e recurso excessivo a horas extra. Nesse contexto, nos últimos anos, emergiu um conjunto de greves no setor da construção civil pesada. Entre estas se destacam as ocorridas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como, por exemplo, nas obras para a Copa do Mundo, nos canteiros de obras das Usinas Hidrelétricas Jirau (2011); Santo Antônio (2011) e Belo Monte (2011 e 2012); Refinaria Abreu e Lima (2012), Complexo Portuário de Suape (2011) e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro [COMPERJ] (2014). O COMPERJ, uma obra da Petrobrás, passou a ser construído, no município de Itaboraí, a partir de 2006. A obra, em suas diferentes etapas e unidades, empregou até 30 mil trabalhadores de distintas categorias profissionais da construção civil. Além da necessidade de um quantitativo grande de operários, uma característica é a elevada participação de trabalhadores migrantes, denominados “corre-trecho”, que passavam a viver em repúblicas, pousadas erguidas ou alojamentos próprios ou construídos pelas empresas. Segundo o relato de entrevistados, o trabalho, no COMPERJ, sempre foi marcado por terceirização, remuneração por produtividade e sistemas de metas, longas e extenuantes jornadas, precária condição sanitária, inclusive nos alojamentos, e disciplina rígida.

É, pois, de se perguntar: por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque devem protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a eles, os homens - porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. (Engels, F. Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra).

Nesse contexto, entrando em cena, de forma inesperada e explosiva, os trabalhadores do COMPERJ produziram uma greve que durou 64 dias entre os meses de janeiro e março de 2014. A greve teve seu início em 23 de janeiro, durante a discussão da data base e o acordo coletivo referente ao ano de 2014-2015, tendo como um dos estopins as condições de trabalho como as longas e extenuantes jornadas, falta de água, calor excessivo e alimentação. Entretanto, durante as assembleias, convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano de Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região (SINTICOM), sindicato representativo naquele período, o fato marcante foi a recusa dos trabalhadores pelo acordo defendido pelo sindicato. Os relatos apontam que as principais críticas ocorreram quando o sindicato, em consonância com as empresas, propôs o desconto dos dias parados. Além da recusa da proposta, os operários de base convocaram uma assembleia própria sem a participação do SINTICOM. Na referida assembleia, além da construção de uma pauta de reivindicações própria foi formada uma comissão de base, composta por 11 trabalhadores, com o objetivo de ter interlocução junto ao COMPERJ e ao sindicato representativo. Os trabalhadores mantinham ações, como piquetes, ao redor do COMPERJ¹ e encaminhava as demandas e reivindicações para o Ministério Público do Trabalho (MPT) e para a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção Civil. Cabe destacar que a estratégia de encaminhar as demandas dos trabalhadores aos órgãos administrativos do Estado tem raízes históricas no sindicalismo brasileiro. Contudo, ao dirimir os conflitos entre trabalhadores e empresários, o aparato do Estado não atua de forma imparcial, mas a partir de distintos interesses (ALMEIDA, 1975). De outro lado, a greve produziu novas respostas dos patrões e das empresas com o objetivo de reprimir e desorganizar os trabalhadores seja através de demissões, ou de cooptações de lideranças representativas, na

Fórum Intersindical

Envie seu artigo de opinião ou pesquisa

continua

“Nada é por acaso”: exploração, greves, lutas operárias e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

tentativa de enfraquecer e desarticular o coletivo operário. Foram realizadas cinco audiências públicas no MPT e, apesar dos esforços na tentativa de conciliar a negociação coletiva entre o SINTICOM e a comissão de base, a greve se encerrou no dia 27 de março, após a realização de nova assembleia pelo sindicato. Na ocasião, as seguintes pautas foram acordadas: reajuste de 9% nos salários, aumento no benefício do vale alimentação (passou de R\$ 360,00 para R\$ 410,00), pagamento de todos os benefícios que não foram depositados, como a Participação de Lucros e Resultados, e que não haveria desconto dos dias parados. Cabe destacar que a greve além de tornar os trabalhadores visíveis, nas condições que lhe são impostas nos canteiros de obras, trouxe a necessidade de se insurgirem por conta própria. Nesse sentido, a greve emerge como uma particularidade da resistência e questionamento pelos trabalhadores e se constitui, assim, como uma expressão das contradições na luta por melhores condições de trabalho. Um dos entrevistados cita que a resistência sempre esteve presente, ao longo do tempo, ao mencionar que “[...] tudo que o trabalhador tem hoje foi tudo em questão da luta porque a patronal não dá nada para o trabalhador”.

Greve do COMPERJ - 2014



http://l.bp.blogspot.com/-taHXWY6gA4/Uw-0lyxNMI/AAAAAAAA6w/Ht_Ry2RmBU/s1600/Fot+Samuel+Tosta81226.JPG



Funcionários do Comperj mantêm greve

Categoria rejeita proposta de 7% de reajuste. Audiência no TRT hoje tenta acabar com impasse

***Hugo Pinto de Almeida**
Enfermeiro/Sanitarista e mestre em
saúde pública (ENSP/Fiocruz)
 O artigo é extraído de sua dissertação de mestrado.
Para saber mais acesse o link
<http://bvssp.icict.fiocruz.br/liidbi/docsonline/get.php?id=4666>

...numa conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores, expressa particularmente nas propostas de reformas trabalhista e previdenciária, cada vez mais é preciso a “união” e “consciência” do mundo sindical, trabalhadores, militantes e ativistas sociais.

Contudo, cabe refletirmos o papel da greve para além dos ganhos objetivos, pois a mesma expressa uma relação subjetiva podendo proporcionar “consciência” e “união” para o conjunto dos trabalhadores, conforme relatada por outra entrevistada ao citar que “[...] representa, possibilidade de melhoria; que os trabalhadores consigam é ter uma condição de trabalho, mais direitos, que eles possam [...] ter uma vida melhor no canteiro [...] ser menos explorados e mais respeitados na sua dignidade. E o trabalhador precisa até a união mesmo [...] ter consciência de que é uma classe unida e que ele pode ter direitos, ele pode reivindicar, pode se colocar”. Por fim, numa conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores, expressa particularmente nas propostas de reformas trabalhista e previdenciária, cada vez mais é preciso a “união” e “consciência” do mundo sindical, trabalhadores, militantes e ativistas sociais. ■ ■ ■

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. GADO, R.G. Trinta mil operários de vários estados do país ‘correm trecho’ em busca do tesouro. *Jornal O GLOBO*, p.17, 6 Abr. 2014.
 A Nova Democracia (2014). COMPERJ: poço de revoltas operárias. Ano XII, nº 126, 2ª quinzena de Fevereiro de 2014.
 ALMEIDA, M.H.T. O Sindicato no Brasil: novos problemas e velhas estruturas. In: *Revista de Debate e Crítica*. n. 6, julho de 1975, p. 49-74.

Greve do COMPERJ - 2014



<http://ejesa.staig.com.br/bancodeimagens/1c/eo/kt/1ceoktgnz4h5j5z4qdt8y782o.jpg>

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

Eduardo Monteiro

PERFIL
SINDICAL



Sindicato dos Professores da
Baixada Fluminense / Rio de Janeiro
SINPROBAIXADA

Minha vida sindical teve início no ano 2000, após ter participado de um congresso do SINPROBAIXADA, em 1999. Foi através da professora Eny. Lembro que no ano seguinte fui convidado para participar de uma chapa que estaria concorrendo naquela eleição. Minha posição na mesma foi de suplente do suplente - último nome da chapa -. Quatro anos depois, com a minha atuação junto aos colegas do sindicato e trabalhando diretamente com professores e escolas verificando denúncias e esclarecendo dúvidas de diretores e professores tive um crescimento pessoal e passei a ser secretário de patrimônio do SINPROBAIXADA. Na eleição seguinte fui a vice-presidente. No terceiro mandato, com a morte repentina do presidente Adilson Pereira, assumi a presidência nos dois anos restantes do mandato daquela diretoria. Dando sequência ao nosso trabalho, na eleição seguinte assumi a presidência na qual me encontro hoje. Resumindo minha trajetória, quando assumi a presidência resolvi modificar algumas coisas que eu não aceitava, buscando, assim, melhorias para a nossa administração. Uma vitória que me orgulha foi o aumento do número de associados de 1.100 professores (numa base de 33 mil professores) até chegar, agora, a cerca de 4.000 mil professores associados (último levantamento). Em 2016 nos filiamos à CTB [Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil], que é uma central que nos motiva no movimento da educação a trabalhar pela categoria. Nessa nossa gestão, que vem sendo elogiada pela categoria, resolvemos inserir nossos diretores nos conselhos municipais com o objetivo de beneficiar a nossa categoria. Enfim, assim foi a minha inserção da minha vida no movimento sindical. Como dirigentes sindicais, no Fórum Intersindical temos a oportunidade de debater a saúde do trabalhador e repercutir as discussões nas nossas bases. A saúde do trabalhador compreende um campo da saúde coletiva em que se enquadram as práticas interdisciplinares, visando superar a saúde ocupacional e a medicina do trabalho.

Assim, a saúde dos trabalhadores tem relação direta com o trabalho dos docentes e com o seu possível adoecimento físico e mental. Podemos citar as crises de alergia causadas pelo pó de giz, as dores lombares causadas pelo excesso de peso de materiais escolares, posturas forçadas em mobiliários impróprios, muito tempo em pé nas aulas ou sentado nas correções, as pressões de tempo, as dificuldades decorrentes da má remuneração, entre outras. As consequências são muitas: aumento de casos de hipertensão arterial, stress, sofrimento mental, distúrbios de visão e de voz... Atualmente, estamos realizando visitas nas escolas e fazendo campanhas ressaltando a importância do controle do tom de voz em sala de aula e do consumo de água durante as aulas, pois a voz dos professores é a sua principal ferramenta de trabalho. Junto com nossos diretores, especialmente os ligados à comunicação, saúde e trabalho, estamos redigindo um projeto de lei, a nível municipal, que chamamos de Lei Orgânica, visando a valorização do profissional da educação. O movimento sindical é um movimento de excelência, ao qual rendo só elogios, porém suas ações deveriam ser mais divulgadas, visualizando novos valores profissionais. Ressalto, também, como de suma importância, as ações de vigilância em saúde do trabalhador com parcerias com sindicatos dos mais variados ramos produtivos. Essas ações estreitam os vínculos entre o movimento, que deve ser ampliado, de modo a ser passado para a classe trabalhadora. Deixo aqui uma sugestão ao movimento do qual participo. Que todos os sindicatos façam prevalecer a participação dos seus diretores nas comissões às quais tenham acesso - educação, saúde, transporte... -. Acho isso muito importante, pois os dirigentes sindicais participando, dando ideias, acompanhando vereadores, podem, com isso, aprimorar suas atuações fazendo com que melhore a qualidade de vida de suas categorias e com que o movimento fique mais visível. ■ ■ ■

Eduardo Monteiro dos Santos, 47 anos, é graduado em História na FEUDUC [Fundação Educacional de Duque de Caxias/RJ] e pós-graduado na Universidade Cândido Mendes. Presidente do Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense - SINPROBAIXADA

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

Xavier e seu mundo mágico de areia

Entre figuras mitológicas, aquários de areia e lembranças das três mortes que já teve, em sua vida incomum, José XAVIER Fonseca é um mineiro de Nanuque, com 71 anos de boa idade e 33 anos de praia. Em Nanuque, cidade de Minas Gerais, coladinha com os estados do Espírito Santo e da Bahia, ainda adolescente já era torneiro mecânico. No início da década de 1960 chegou ao Rio e serviu ao Exército no Forte Duque de Caxias, junto à Pedra do Leme. Parece que lá, como exímio nadador e apaixonado pelas sereias que ele esculpia na areia, selava seu destino como um Rei do Mar ... e da Areia. Mas antes de se fixar nas areias de Copacabana, há 33 anos, XAVIER fez de (quase) tudo na vida. Foi motorista de táxi, dono de botequim e restaurante, vendedor de carro velho que ele dava um “jeitinho” p’ra virar novo. Como camelô, foi o único vendedor (comprou todo o estoque) de umas anteninhas de marciano que o povo adorava usar quando o homem pisou na Lua pela 1ª vez, em 1969. Os gringos, então, ficavam loucos p’ra colocar os chifrinhos na cabeça. Queria ser artista de TV, mas só conseguiu atuar como figurante em três filmes. Como fotógrafo trabalhou na rua e também com Anísio Silva, cantor muito famoso na década de 1960, que chegou a vender 10 milhões de discos. Quando saiu de cena, nos anos sessenta, abriu uma casa noturna na Praia do Flamengo: o *Forró 66*. Era lá que a fotografia de XAVIER arrebatava corações. Mas, sacudir corações, mesmo, foi só depois que se instalou definitivamente na praia. Pelo menos dois casamentos XAVIER provocou, por causa de fotografias de suas esculturas que serviram de pretexto para os futuros namorados.



Quem é o Rei do Mar?

Uma das poucas atividades que XAVIER não exerceu foi a de vigilante numa empresa de segurança. Até tentou, mas quando soube que teria que trabalhar numa escala de 24 horas com descanso de 24 horas, desistiu. Ele mesmo relata: “*Sou o recordista mundial do menor tempo de carteira assinada. Cheguei na empresa às 8 horas, fiz o treinamento até 10 horas, às 11 horas assinaram minha carteira e meia hora depois, quando eu soube que era escala de 24/24, pedi baixa da carteira.*” Foi a única carteira assinada que teve em sua vida de trabalhador. Mas nem tudo são flores na vida de escultor de areia. Numa de suas obras - o Gigante de Areia - XAVIER ao terminar os pés da escultura teve sua alma quase sugada e seu corpo começou a encolher. A sorte é que a tábua mágica que o acompanhava nas esculturas (a pequena ferramenta fazia tudo sozinha) o ajudou a se arrastar até o mar. Ao mergulhar se salvou e seu corpo e alma foram restaurados. Também teve problemas de saúde pelas perseguições da Prefeitura e os problemas de hérnia, dores no pé e no joelho devem-se, provavelmente, à sua atividade. O Rei do Mar, de fala ininterrupta, pensamento ágil, pai de 7 filhos de 7 mães diferentes, vários netos e bisnetos, carrega uma história fantástica e com ela se mistura à paisagem, como uma escultura viva do mistério da natureza humana. XAVIER parece estar sempre provocando quem lhe conhece a refletir sobre o que é mais mágico na arte: a própria arte ou a alma do artista? ■ ■ ■



Para conhecer um pouco mais sobre Xavier e outros artistas de praia acesse o link

<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Apos-seis-meses%2C-lei-ajuda-a-multiplicar-artistas-de-rua-no-Rio-15314.html#.WO5d5-XvYIU>

INFORMES

Homenagem à Mãe Trabalhadora - Mês de Maio

Toda Mãe é trabalhadora
 Todo dia é dia da Mãe trabalhadora
 Toda Mãe trabalha todo dia
 O dia da Mãe trabalhadora é todo
 Mãe trabalhadora trabalha todo dia o dia todo
 Todo dia é o dia da Mãe trabalhadora
 Trabalho é o dia a dia da Mãe
 Toda Mãe é trabalhadora
 Todo dia é dia da Mãe trabalhadora
 Toda Mãe trabalha todo dia
 O dia da Mãe trabalhadora é todo
 Mãe trabalhadora trabalha todo dia o dia todo
 Todo dia é o dia da Mãe trabalhadora
 Trabalho é o dia a dia da Mãe
 O trabalho move o mundo
 A Mãe move o mundo
 A Mãe trabalhadora é a mulher trabalhadora
 A mulher move o mundo
 O dia das Mães é o dia de celebrar o movimento do mundo
 pelas mãos de quem move o mundo
MÃE



Fadel, 13 de maio – abolição dos escravos/14 de maio – dia das mães de 2017.

Arte: Luciene Aguiar

**PRÓXIMA REUNIÃO do
 FÓRUM INTERSINDICAL**
 Dia 26/05 - 6ª feira, 09 às 13:00h, no DIHS/ENSP/Fiocruz
 Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro
 Telefone: (21) 3882-9222/9223

Na próxima reunião teremos nossa tradicional

Oficina Temática

O convidado será

Carlos Henrique de Carvalho

com o tema

A Reforma Trabalhista e a desconstrução de direitos

Carlos Henrique é advogado trabalhista e coordenador do Departamento Jurídico do Sindicato dos Empregados do Comércio/RJ. É conselheiro do Conselho Seccional e membro da Comissão da Justiça do Trabalho da OAB-RJ.

**CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o
 BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre
 SAÚDE do TRABALHADOR.**

Veja as instruções para o concurso em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

**Fórum dos Bancários - Brasília
 Defesa do SUS e Saúde do Trabalhador**

22 a 24 de maio de 2017

Saiba mais no Blog

www.multiplicadoresdevisat.com

**Reunião do Fórum Intersindical - 28/04/2017
 Sindicato dos Metalúrgicos/RJ**



Foto: Marcel Caldas

ATENÇÃO!

**Se você tem interesse em escrever
 um texto sobre saúde do
 trabalhador para a nossa seção
 artigo do mês entre no blog e veja
 como proceder:**

www.multiplicadoresdevisat.com

I Curso Intersindical em Arapiraca/Alagoas

Uma parceria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com o Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito/RJ

Saiba mais em:

https://media.wix.com/ugd/15557d_11fe4520752545c2a6301a1a3e4051a8.pdf

I Oficina de Planejamento do Fórum Intersindical

A oficina foi realizada no dia 29/04 no Sindicato dos Comerciantes/RJ.

O resultado da oficina está disponível no nosso Blog:

www.multiplicadoresdevisat.com

IV Curso de Formação Intersindical

A aula do dia 28/04 ocorreu junto com a reunião ordinária do Fórum Intersindical, no Sindicato dos Metalúrgicos/RJ. A aula do dia 05/05 foi com Luiz Carlos Fadel e Renato Bonfatti com o tema do SUS.

O material das aulas está disponível no nosso Blog:

www.multiplicadoresdevisat.com

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361

Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223

forumintersindical@gmail.com